

PROJETO DE LEI Nº. 084, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013.

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a suplementar crédito orçamentário no orçamento municipal vigente, referente ao Termo de Compromisso PAC205583/2013 e dá outras providências”.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado incluir contas orçamentárias de receita, e, abrir crédito adicional especial para inclusão de contas orçamentárias de despesa no orçamento municipal vigente, no valor de R\$ 491.060,04, com a seguinte classificação:

Origem dos Recursos:

Objeto: Construção de Quadra Escolar Coberta
Ministério: Ministério da Educação - FNDE

Valor repasse:.....R\$ 491.060,04
Termo de Compromisso PAC205583/2013

Classificação da Receita no Orçamento Municipal:

Rubrica 4.2.4.7.1.99.00.40.00.00-247
Conv. Const. Quadra Esc. Coberta PAC 2.....R\$ 491.060,04
Recurso 1071 Convênios União.....R\$ 491.060,04

Classificação da Despesa no Orçamento Municipal:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Funcional 06.04.12.105.361.1214 - Construção de Quadras Escolares
Elemento 517.4.4.90.51.00.00.00.00 Obras e Instalações
.....R\$ 491.060,04
Recurso 1071 Convênios União.....R\$ 491.060,04

Total da Origem dos Recursos.....R\$ 491,060,04
Total do Crédito Adicional Especial:.....R\$ 491.060,04

Parágrafo único - Ficam incluídas as receitas e despesas do presente artigo nas prioridades do Plano Plurianual 2010-2013 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013.

Art. 2º - Servirão de recursos para cobertura dos créditos adicionais especiais previstos no artigo 1º desta Lei, em valores equivalentes, provenientes das fontes discriminadas na origem dos recursos.

Art. 3º - Existindo a necessidade legal da aplicação financeira dos recursos recebidos, fica autorizada à abertura de contas orçamentárias de receita (rubricas), nos termos da presente lei, dentro da classificação funcional programática própria e adequada a Lei Orçamentária.

Art. 4º - Fica autorizada a abertura de créditos adicionais especiais e/ou suplementares, com recursos livres ou vinculados, destinados a contrapartida do Município para a execução do objeto da presente Lei, até o valor da contrapartida necessária para o cumprimento do convênio, termo ou ajuste, dentro da classificação funcional programática própria e adequada a Lei Orçamentária.

Parágrafo único - Caso se faça necessária a devolução de valores não utilizados e os auferidos com a aplicação financeira, em atendimento aos termos de convênios, fica igualmente autorizada à abertura dos créditos adicionais especiais respectivos, nos termos do *caput* do presente artigo.

Art. 5º - Os créditos adicionais especiais ora autorizados poderão ser abertos na Lei Orçamentária de 2013, caso haja a liberação dos recursos ou a autorização de início das obras ou das aquisições por parte dos órgãos concedentes, situação em que o crédito adicional poderá ser reaberto na Lei Orçamentária de 2014, pelo valor do saldo não utilizado até o final do exercício de 2013.

Parágrafo único - Caso o ingresso dos recursos ou a autorização de início das obras ou aquisições por parte do órgão concedente não se dê no ano de 2013, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no exercício de 2014, os créditos adicionais ora autorizados, situação em que a classificação institucional (órgão, unidade), bem como os projetos ou atividades, serão adaptados à Lei orçamentária então vigente.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de outubro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Constantina, em 16 de outubro de 2013.

Leomar José Behm
Prefeito Municipal

**“Exposição de Motivos”
“Projeto de Lei nº. 084/2013”.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:**

Encaminhamos a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº. 084/2013, que autoriza o Poder Executivo Municipal a suplementar crédito orçamentário no orçamento municipal vigente, referente ao Termo de Compromisso PAC205583/2013 e dá outras providências.

O Tribunal de Contas do Estado e a Secretaria do Tesouro Nacional, dando seguimento ao processo de uniformização do Elenco de Contas das entidades municipais, em seu plano de contas elaborado para uso nos municípios, promoveram a abertura de contas analíticas com a devida identificação e discriminação detalhada, com o intuito de acolher as receitas e as despesas sem previsão no plano de contas, devendo o Município fazer a abertura analítica, para fins de identificação.

A Administração Municipal, após incessantes gestões com o Governo Federal, conseguiu, junto ao PAR - FNDE, a aprovação de projetos já inclusos no orçamento federal, destinando recursos em programas que deverão ser liberados e implantados no corrente exercício.

A inclusão das contas de receita e de despesa ora propostas são necessárias para o atendimento dos dispositivos legais relacionados à escrituração contábil das mesmas, ou seja, promover a provisão de recursos necessários para atender às despesas classificadas no projeto em epígrafe, tendo em vista que as receitas e as despesas não foram

previstas no Orçamento Anual do Município para 2013, pois assim determina a legislação federal pertinente, só registrar quando da assinatura do convênio e/ou do ingresso dos recursos, da mesma forma a inclusão das metas no Plano Plurianual de 2010 a 2013, e nas Diretrizes Orçamentárias de 2013. Pois somente dessa forma é que a Administração Municipal poderá executar os projetos pertinentes aos recursos aqui previstos.

Face ao exposto, contamos com a colaboração de Vossas Excelências, na aprovação do referido Projeto de Lei Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Constantina, em 16 de outubro de 2013.

Leomar José Behm
Prefeito Municipal